

**1. Programa:** 1.1.3 Promoção do Género e Empoderamento da Mulher**2. Eixo:** I. Desenvolvimento Humano e Bem-estar**3. Política:** 1.1 Política da População**4. Contexto:**

A questão do género remete para as diferenças existentes entre homens e mulheres, diferenças essas não de carácter biológico, mas resultantes do processo de socialização. Este conceito descreve o conjunto de qualidades e de comportamentos que as sociedades esperam dos homens e das mulheres, formando a sua identidade social. A ausência da dimensão “género” nas políticas sectoriais e, consequentemente, nos planos, programas e acções/projectos coloca as mulheres numa posição de desvantagem em relação aos homens, até porque já constituem a franja da população com menos oportunidades de educação e emprego. Isto provoca a segregação ocupacional horizontal, que consiste na concentração de mulheres nos patamares profissionais mais baixos, sendo por isso pior remuneradas, bem como a concentração das mulheres no mercado informal, em actividades de baixo rendimento. Acrescem as questões culturais, ainda muito enraizadas no quotidiano, sendo as mulheres desprovidas de autonomia e poder de decisão no seio familiar e comunitário.

Rumo aos Objectivos de Desenvolvimento Sustentável e no quadro dos trabalhos que, entretanto, têm decorrido, o País aprovou, em 2013, a Política Nacional para a Igualdade e Equidade de Género (PNIEG).

Neste contexto, as mulheres podem beneficiar de capacitação em todas as áreas (saúde, educação, política, cultura, trabalho, ciência, empreendedorismo, economia doméstica, tecnologia, ambiente, etc.), de modo a adquirirem as ferramentas para se auto-afirmarem e tomarem decisões, focando-se na melhoria da qualidade de vida das suas famílias e, consequentemente, das comunidades em que vivem.

O presente programa procura contribuir para a sensibilização dos agentes públicos, das famílias, das empresas e das comunidades sobre a importância da mulher no processo de desenvolvimento, promovendo, assim, a mudança de comportamentos e práticas em relação à sua participação.

5. Objectivos e Metas

Objectivo 1: Promover a igualdade de oportunidades entre homens e mulheres, com o reconhecimento e valorização do papel da mulher em todos os domínios da sociedade, político, económico, empresarial, laboral, pessoal e familiar através da informação e sensibilização das comunidades para as questões do género

Meta 1.1: Até 2022, 1.000 mobilizadores e activistas são capacitados para desenvolverem acções de sensibilização sobre género na comunidade

Indicador	Unid	Valor de base		Meta acumulada					Fonte de verificação
		Ano	Valor	2018	2019	2020	2021	2022	
Mobilizadores e activistas em género capacitados	N.º	2017	500	200	400	600	800	1.000	Base de dados do género /MASFAMU



Meta 1.2: Até 2022, 75.000 pessoas são sensibilizadas sobre questões de género visando uma mudança de comportamentos

Indicador	Unid.	Valor de base		Meta acumulada					Fonte de verificação
		Ano	Valor	2018	2019	2020	2021	2022	
Pessoas sensibilizadas sobre questões de género	N.º	2017	15.000	15.000	30.000	45.000	60.000	75.000	Base de dados do género/MASFAMU

Objectivo 2: Assegurar, de modo mais significativo, o empoderamento das mulheres jovens e da mulher rural, por via do reforço da sua qualificação profissional

Meta 2.1: Até 2022, 5.000 mulheres rurais são capacitadas como Parteiras Tradicionais

Indicador	Unid.	Valor de base		Meta acumulada					Fonte de verificação
		Ano	Valor	2018	2019	2020	2021	2022	
Parteiras tradicionais capacitadas	N.º	2017	-	1.000	2.000	3.000	4.000	5.000	Base de dados do género/MASFAMU

Meta 2.2: Até 2022, 9.000 jovens mulheres são capacitadas em gestão de pequenos negócios

Indicador	Unid.	Valor de base		Meta acumulada					Fonte de verificação
		Ano	Valor	2018	2019	2020	2021	2022	
Jovens mulheres capacitadas em gestão de pequenos negócios	N.º	2017	-	1.800	3.600	5.400	7.200	9.000	Base de dados do género/MASFAMU

6. Enquadramento noutros Planos: Política Nacional para a Igualdade e Equidade de Género (PNIEG)

7. Principais beneficiários ou público-alvo: Mulheres, nomeadamente mulher jovem, mulher rural, comunidades locais, Administrações Municipais, Organizações da Sociedade Civil, Igrejas, população em geral

8. Âmbito territorial: Nacional

9. Acções prioritárias:

- Realizar encontros técnicos metodológicos sobre o Reforço da Capacidade das Administrações Municipais e Organizações da Sociedade Civil;
- Realizar seminários para a integração da perspectiva de género nas políticas e planos de desenvolvimento;
- Promover a participação de mulheres em cargos dos Órgãos do Estado;
- Promover o aumento da participação de mulheres em missões internacionais;
- Efectuar campanhas de sensibilização a favor da participação da mulher em todas as esferas da vida nacional;
- Realizar seminários sobre gestão e liderança com as organizações das mulheres empresariais;
- Realizar seminários de sensibilização sobre género nas comunidades locais;
- Assegurar a capacitação profissional das mulheres jovens e da mulher rural;



- Implementar as recomendações prioritárias saídas do Fórum Nacional de Auscultação da Mulher Rural, em particular no que diz respeito ao combate do analfabetismo e ao desenvolvimento do empreendedorismo feminino;
- Melhorar a informação estatística relativa às questões de género em todas as esferas da sociedade;
- Realizar a Jornada “Março Mulher”;
- Participar nos encontros internacionais de concertação e ponto de situação de compromissos assumidos pelo País em relação às questões de género, nomeadamente nas sessões: i) das Nações Unidas da Comissão sobre o Estatuto da Mulher (CSW), ii) da União Africana, iii) da SADC e iv) da CPLP;
- Realizar acções de formação sobre o Sistema Integrado de Indicadores de Género (SIIGénero);
- Promover a integração dos conceitos de Género nas Instituições públicas, empresas privadas e OSCs;
- Assegurar a tradução (para Kikongo, Umbundo, Kimbundu, Tchokwé) e divulgação da Política Nacional do Género com o envolvimento activo das estruturas e redes de mulheres, ONG's e outros parceiros;
- Promover o surgimento de políticas de conciliação entre o trabalho e a família.

10. Listagem de projectos (tabela Excel em anexo)

11. Entidade coordenadora: Ministério da Acção Social, Família e Promoção da Mulher

12. Outras entidades responsáveis pela implementação: Todos os Departamentos Ministeriais, Governos Provinciais; Administrações Municipais, Comunaes e Distritais.

13. Riscos que podem comprometer a execução: Restrições Financeiras, Condições Ambientais, Falta de Recursos Humanos

14. Custo total estimado (Milhões Akz):

15. Custo estimado para o período 2018-2022 (Milhões Akz): 315,9

16. Possíveis fontes de financiamento: OGE, PNUD, FNUAP, UNICEF, OMS

Entidade: Ministério da Acção Social, Família e Promoção da Mulher

Responsável: Direcção Nacional de Igualdade e Equidade de Género

Data: 10.04.2018